

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EJA, TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS MOVIMENTO SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR

Claudimar Paes de Almeida

Mestre em Letras pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

E-mail: claudimarpaes@hotmail.com

Romilson Brito de Azevedo

Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: romilson.azvdo16@gmail.com

Tatiane de Aguiar Romano

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: tatianeromano2015@gmail.com

RESUMO

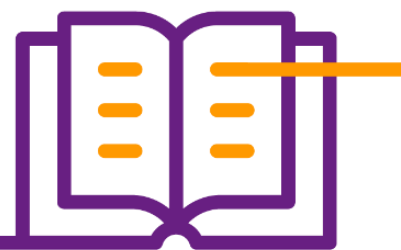
Este trabalho, com o tema “As Políticas Públicas para EJA, trajetória histórica dos Movimento Sociais e Educação Popular”, tem como objetivo discutir sobre a Educação de Jovens e Adultos e alguns elementos constituidores dessa modalidade. Dessa forma, o trabalho é construído a partir de uma metodologia de cunho bibliográfico: artigos publicados em revistas e anais de congressos, livros. Após as discussões teóricas, constatou-se que a Educação de Jovens e Adultos nasce das classes populares com o intuito de efetivar uma formação emancipatória aos menos favorecidos, porém, ainda precisa ser olhada como uma modalidade significativa e identitária de mudanças significativas, tendo sua gênese na luta pela democratização da educação.

Palavras-chave: Educação Popular. EJA. Movimentos Sociais.

TE PUBLIC POLICIES FOR EJA, HISTORICAL TRAJECTORY OF SOCIAL MOVEMENTS AND POPULAR EDUCATION

ABSTRACT

This work, with the theme “Public Policies for EJA, historical trajectory of Social Movements and Popular Education”, aims to discuss Youth and Adult Education and some constituent elements of this modality. In this way, the work is constructed based on a bibliographic



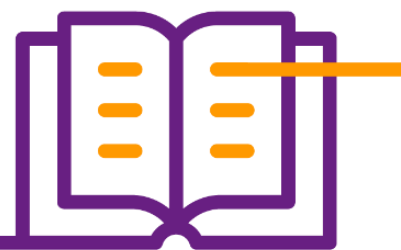
methodology: articles published in magazines and conference proceedings, books. After the theoretical discussions, it was found that Youth and Adult Education was born from the popular classes with the aim of carrying out an emancipatory formation for the less favored, however, it still needs to be seen as a significant and identity modality of significant changes, having its genesis in the fight for the democratization of education.

Keywords: Popular Education. EJA. Social movements.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – é marcada em sua trajetória histórica pela indefinição, pelas campanhas, pelos recursos conjunturais e pelo voluntarismo, de forma que as políticas públicas possibilitem escolarização para aqueles que não tiveram oportunidade ou acesso à educação no tempo regular. A EJA é composta pela diversidade cultural, social e econômica, podendo esses fatores interferirem no seu campo de atuação, pois, de acordo com Soares (2011), isso é um desafio e precisa-se conhecer os sujeitos inseridos nessa modalidade educacional para se poder criar possibilidades de políticas públicas e estratégias de intervenção de forma a atingir significativamente esse segmento.

Nessa perspectiva, para se compreender algumas particularidades da EJA, o trabalho em questão coloca em pauta a reflexão de três tópicos a saber: i - Reflexões sobre as Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA; ii - Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais: alguns apontamentos; iii - EJA e Educação Popular: interfaces. O objetivo dessa pesquisa é discutir sobre a Educação de Jovens e Adultos e alguns elementos constituidores dessa modalidade. Vale destacar que, a pesquisa não se prende em uma discussão focada no processo histórico e nos feitos históricos sobre a Educação de Jovens e Adultos, mas em reflexões de elementos importantes para a efetivação da EJA e de sua viabilização enquanto processo de luta pela democratização da educação.



Reflexões sobre as Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA

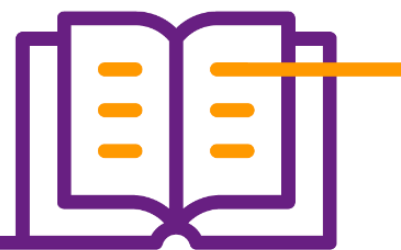
De um modo geral, a juventude é marcada pelos aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais e locais de onde se situa. Durante o desenvolvimento da sociedade, muitos jovens foram/são excluídos tanto no sentido econômico, quanto no sentido cultural, sendo, assim, privados dos seus direitos, principalmente, ao se tratar do direito à educação. Deve-se quebrar com o paradigma, no qual se analisa os jovens como desinteressados e culpados por estarem em uma situação vulnerável, haja vista que têm sido excluídos de políticas e de ações para progredir.

Nesse contexto, segundo Damasceno (2013), é importante identificar os agentes responsáveis pelas diversas ações realizadas em função da criação de ações de sociabilidade dos jovens. Tal processo é necessário, pois, possibilita situar os elementos e os fatores que caracterizam os jovens, seu contexto, suas relações e seus atos, compreendendo-os a partir dos seus discursos orientadores de suas práticas e exclusão social.

Dessa forma, as políticas públicas são elementos constituidores para refletir os caminhos de inserção dos jovens na educação, visto que, para a reconfiguração da Educação de Jovens e Adultos, A EJA precisa estar dentro de um campo de políticas públicas, sendo o Estado responsável para garantir o acesso, a permanência e os demais direitos educacionais dessa juventude. Entretanto, a reconfiguração da EJA é carregada de complexidades, necessitando de definição mais clara. A EJA é entendida ainda e vista erroneamente, pois, tem-se a concepção de jovens e adultos que a integra de evadidos ou excluídos.

Torna-se, nesse caso, fundamental desmistificar esse pensamento. De acordo com Arroyo (2011, p. 23):

A EJA somente será reconfigurada se esse olhar for revisto. Se o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens-adultos forem vistos para além dessas carências. Um novo olhar deverá ser construído, que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos. Percursos sociais onde se revelam os limites e possibilidades de ser reconhecidos como sujeitos dos direitos humanos. Vistos nessa



pluralidade de direitos, se destacam ainda mais as possibilidades e limites da garantia de seu direito à educação.

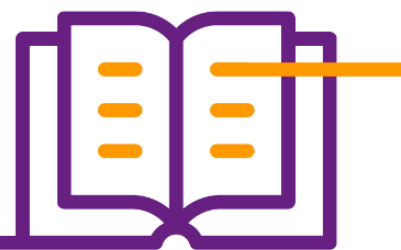
É sabido a atitude tardia de criação de políticas voltadas aos jovens no Brasil. Foi somente no ano de 1900 que os governantes tomaram as primeiras iniciativas para combater o analfabetismo entre jovens e adultos, visto a necessidade de acelerar o crescimento econômico e de capacitar pessoas para o mercado de trabalho.

Dessa forma, as políticas educacionais estavam voltadas para as necessidades emergidas do mercado. Manifestos, congressos e programas ocorreram por décadas, todos estes indo contra os interesses e as necessidades da população. Dentre essas políticas, destaca-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que além de não atingir os objetivos propostos, contribuiu para a elevação da taxa do analfabetismo.

Comenta Silva (2003) que a reforma do Estado Brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 foi conduzida por um caminho de promoção de políticas sociais, nas quais atentava-se à pobreza, ganhando maior visibilidade em 1990, com a incorporação do neoliberalismo e as discussões sobre a qualificação e a inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho. As políticas públicas voltadas para jovens e adultos considerados pobres e excluídos da sociedade foram se reafirmando entre as décadas de 1990 e 2000.

Tem-se, nesse contexto, a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e, como consequência, em 2000, surge as Diretrizes Nacionais para a EJA, contendo as primeiras propostas pedagógicas para jovens e adultos. Já, em 2014, houve a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE – com vigência até 2020. Para Gentili e Stubrin (2013), a política educacional, nos últimos dez anos, vem se direcionando no intuito de garantir os direitos essenciais da educação, fugindo da visão mercadológica na qual estava embasada e importando-se com a articulação entre formação profissional e educação, e, ainda, da relação entre escola-trabalho na formação de jovens e adultos.

Nessa perspectiva, o PNE torna o combate contra o analfabetismo uma das prioridades, traçando metas que contemplam a Educação de Jovens e Adultos. Conforme Brasil (2014, p. 37-40):



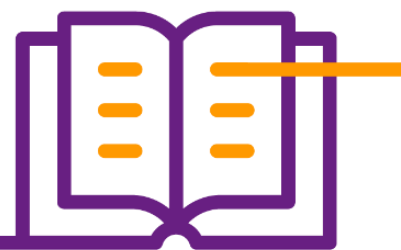
Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Sendo 10 estratégias voltadas ao cumprimento dessa meta, que devem ser consideradas pelos entes federativos;

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

A partir das metas e das estratégias incluídas no PNE, percebem-se as iniciativas tomadas para iniciar um processo de amenização do analfabetismo no país, caracterizadas não só pela produtividade do trabalhador, como também já percebido nas políticas posteriores direcionadas. Todavia, é importante perceber se tais políticas também não tiveram, em sua efetivação inicial, a prevalência de métodos excludentes ou se carregam resquícios das práticas educacionais anteriores.

Canali (2011) destaca que a educação profissionalizante no Brasil teve seu início marcado pela discriminação e pela exclusão, aspectos advindos do período colonial e perpetuados por diversos indivíduos brasileiros. Sabe-se que nesse período os negros eram colocados para realizar os trabalhos braçais e, aos homens livres, os brancos, era oportunizado a aprendizagem de profissões consideradas da alta sociedade. Assim, os marginalizados (negros) não podiam ingressar nos estudos e obter uma profissão de prestígio. Não diferente, no cenário de empregabilidade brasileiro, ainda é visível a separação de atividades, reflexo das políticas neoliberais agregadas ao sistema capitalista, prevalecendo o interesse de uma classe sobre a outra, interferindo diretamente na segmentação do trabalho técnico e intelectual (GOMES; MORAES, 2017).

Em suma, apesar de todos esses novos direcionamentos durante o percurso histórico da sociedade brasileira, da criação de leis e de documentos pautados na Educação de Jovens e Adultos, de movimentos em função desse nível educacional e das mudanças atuais, ainda fica evidente, como cita Santana, Cavalcante e Barros (2019), a negligência em relação à efetivação das propostas e das metas presentes no PNE. Diante do exposto, é necessário que a política educacional não seja entendida como mera manobra para beneficiar determinada classe, mas



vista como instrumento para a cidadania e para o desenvolvimento da nação. Desse modo, as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos devem se efetivar de forma a garantir a formação integral do indivíduo.

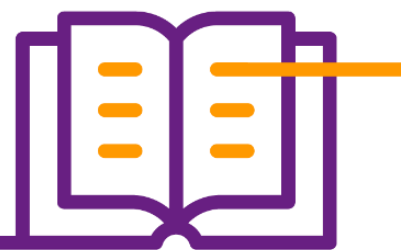
Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais: alguns apontamentos

A história da Educação de Jovens e Adultos não pode ser vista apenas pelo viés da marginalização e da exclusão do acesso à escolarização, mas, sim, como um espaço que vai além, ou seja, como luta de superação contra a opressão e a miserabilidade presente na sociedade, sendo elas os matizes pelos quais as classes oprimidas se educam e se formam. Nesse direcionamento, é preciso pensar em uma nova configuração da EJA, que seja pautada pelos processos educativos conquistados pelas lutas a favor das classes marginalizadas e por sua emancipação, exigindo-se não somente o “[...] direito à educação, entendida como escolarização, mas também pelo conjunto dos direitos civis, políticos e sociais dos quais a educação e a escolaridade e fazem parte” (REZENDE, 2013, p. 115).

Arroyo (2001) assinala que a história da EJA acontece na contramão da história oficial. Tal história está agregada à educação popular. Desse modo, ela nasce das lutas e dos projetos educacionais advindos dos movimentos populares, tanto aqueles do campo, quanto aqueles da cidade. Sendo assim, a herança popular presente nesse processo é muito mais intensa do que as políticas oficiais. Corroborando Rezende (2013, p. 116):

Ela se constitui, historicamente, na luta pela superação da exclusão e da miséria, na luta pela posse da terra e na luta pelo trabalho. A possibilidade de incorporá-la às diretrizes oficiais e às políticas públicas exige, por sua vez, a redefinição radical da cultura escolar e da formação ministrada aos profissionais que atuam no interior da escola, alterando os conteúdos, os tempos e os espaços destinados à formação dos seus usuários.

A partir dos pressupostos, é preciso resgatar a história da EJA dentro de um panorama que pensa a formação humana, tendo a cultura como o ponto norteador da educação, haja vista



que os indivíduos são constituídos como seres sociais, culturais e cognitivos, em distintos espaços, tempos e relações. “Dessa forma, a luta por uma educação humanizadora, apontada por Freire, leva ao diálogo com os diferentes sujeitos, em diferentes espaços/tempos e processos formadores, quer seja no campo ou na cidade” (REZENDE, 2013, p. 117).

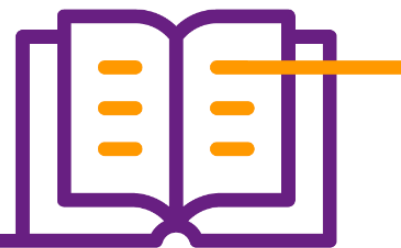
Não se tem dúvida que os movimentos sociais no Brasil foram grandes contribuidores para a luta pelos direitos à Educação de Jovens e Adultos, possibilitando a formação desse grupo a partir de um olhar crítico sobre a realidade e situação em qual estavam inseridos. Os movimentos são elementos constitutivos na história da educação da EJA, prezando principalmente pela formação emancipatória do sujeito.

EJA e Educação Popular: interfaces

Pensar nos conceitos de educação é suscitar a compreensão dos interesses que a abrange. A Educação Popular, por exemplo, tem finalidade ideológica inserida em um campo democrático e popular. Esta se caracteriza pela diversidade e está voltada aos interesses do povo. Valoriza os saberes e a realidade desse povo, tendo como um dos seus objetivos principais a formação cidadã do sujeito pautada na criticidade e na emancipação (FERREIRA, 2018).

A Educação Popular nasce a partir dos movimentos organizados pela sociedade civil. Foram lutas de resistência das camadas populares diante das diversas imposições sociais impostas. Portanto, um educador que se engaje nessa luta deve conhecer os princípios que a regem, tendo clareza sobre todo o processo e convicção política. Vale (2001) elucida a importância de o educador conhecer tais princípios, pois só assim não se limitará em sua práxis revolucionária, questionando-se sobre o tipo de educação e de sociedade que pretende alcançar.

A partir da fala da autora, compreende-se a importância dos valores sociais constitutivos da Educação Popular e de quem está inserido nela enquanto elemento transformador. Vale ainda pensar a Educação de Jovens e Adultos como Educação Popular caracterizada por educadores aberto às inovações, às novas descobertas, dispostos a trabalharem para e com a



mudança. Devem também reconhecer as dimensões ética, estética e política como mediadoras de sua ação. Menciona Dias (2004, p. 1):

A dimensão **estética** se refere ao movimento de criação experimentado no tempo e no espaço da vivência que acontece dentro do processo educativo.

A dimensão **política** se refere ao trabalho de construção de possibilidades para vida de realizar em todo o seu potencial. Educar, é construção de poder.

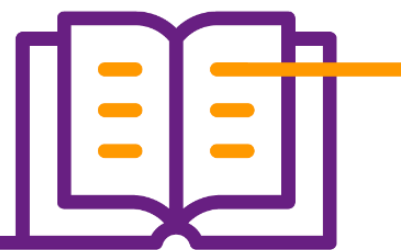
A dimensão **ética** se refere ao cuidado com o educando ao convidá-lo para fazer da própria vida uma obra de arte.

Entende-se, nesse sentido, a dimensão da EJA, enquanto Educação Popular, e quais os princípios norteadores de sua prática educativa. É importante destacar, dentro de um relance histórico, que a EJA, no cenário brasileiro, surge da junção entre alfabetização e Educação Popular. Segundo Freitas (2007, p. 50), ela é “aquela concebida como um processo de grande extensão e profundidade, destinando-se a grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que contribuisse para que estas pessoas voltassem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas [...]”.

Desse modo, como saliente Ferreira e Campos (2017, p. 69) “a EJA é uma modalidade de ensino escolar com uma construção histórica singular, por isso é importante situá-la e compreendê-la no seu percurso de existência”. Os movimentos sociais brasileiros de diversas expressões se reconstituíram pela luta da democratização da educação e essa “[...] luta pela Educação de Jovens e Adultos fez parte desse movimento, trazendo para o centro do debate a necessidade de atendimento às populações subalternizadas que, historicamente, foram impedidas de terem acesso à escolarização” (FERREIRA; CAMPOS, 2017, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das temáticas em pauta, discutiu-se algumas questões para a efetivação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, os responsáveis por essa efetivação e a sua caracterização enquanto segmento marcado pela luta de democratização da educação. O estudo



apontou algumas implicações dentro do contexto das políticas públicas para a construção da EJA, de forma a se compreender esse processo como Educação Popular estabelecida a partir da emancipação daqueles que se encontravam e se encontram à margem da sociedade e ignorados em seus direitos essenciais. Ao tomar como objetivo a discussão acerca da Educação de Jovens e Adultos e de alguns elementos constituidores dessa modalidade, tentou-se, a partir dos tópicos supracitados, expor as implicações presentes nos aspectos direcionadores da EJA por meio de um diálogo teórico: os Movimentos Sociais e a Educação Popular.

Portanto, a pesquisa realizada aponta caminhos que podem colaborar com reflexões posteriores, haja vista que o campo em pauta precisa ainda ser aprofundado em várias situações. Logo, o estudo destaca o segmento em questão (EJA) como uma modalidade que surgiu a partir de objetivos a serem alcançados e representa atualmente um segmento de grande importância social.

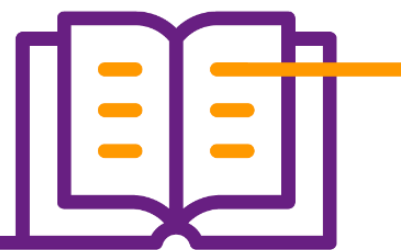
REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **A Educação de Jovens e adultos em tempos de exclusão.** Alfabetização e Cidadania, n.11, abr. 2001.

ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. *Diálogos na Educação de Jovens e adultos.* – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 27 mai. 2020.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da Educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à Educação Profissional.** 2011. Disponível em: <<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducacional/CANALI.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2020.



DAMASCENO, Maria Nobre. **Juventudes:** Formação e valores. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

DIAS, Romualdo. **Projeto Letraviva.** Campinas: SME/Letraviva, 2004.

FERREIRA, Éder Alves. **EJA e Educação Popular:** uma experiência a partir do PMEJA – Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Uberlândia – MG. Universidade Federal de Uberlândia: MG, 2018.

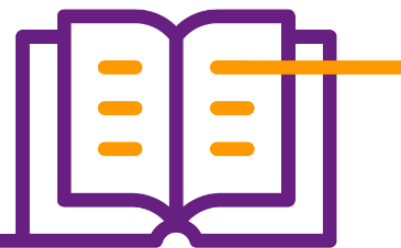
FERREIRA, Dulcinéia de Fátima; CAMPOS, Ana Maria de. Educação de jovens e adultos como educação popular: direito a ser conquistado. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 3, n. 3, ago/dez, 2017, p. 66-77.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana. **Educar em Revista**. 2007, n.29, pp.47-62.

GENTILI, Pablo; STUBRIN Florencia. Igualdade, Direito à educação e Cidadania: Quatro evidências de uma década de conquistas democráticas. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Política Educacional, Cidadania e Conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GOMES, Nathalia Rissane Costa; MORAES, Lélia Cristina Silveira de Moraes. **Os desafios das Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos:** em foco o PROEJA. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - ANEPCP. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. Maranhão, 22-25 de agosto, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/osdesafiosapoliticadeeducacaoosuperiornobrasilnosmarcosdoneodesenvolvimentismoesuaarel.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

REZENDE, Roberto Márcio Gomes de. A Educação de Jovens e Adultos e os Movimentos Sociais: alguns apontamentos. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.22, n.2, p.105-124, mai./ago.2013.



SANTANA, Iolanda Pereira; CAVALCANTE, Josenilda Almeida; BARROS, Ricardo Coelho de. **EJA: Políticas Públicas e Financiamento para Alfabetização de Jovens e Adultos**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. – São Luís: MA – 30 de maio a 01 de junho, 2019.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Leôncio. Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.